

1. Contexto operacional

O Instituto Metodista de Educação e Cultura - IMEC, fundado em 19 de outubro de 1885, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministras o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministras programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMEC, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva;
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

O Instituto concentra suas atividades de educação básica no Colégio Americano (Porto Alegre) e no Colégio União (Uruguaiana).

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser um instituto sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal;

(ii) Programa de Integração Social - PIS

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do instituto, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03;

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 18;

(v) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

O instituto goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019, o instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 20.572.232 (R\$ 18.777.775 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio líquido negativo de R\$37.755.752 (R\$37.918.001 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração entende que as medidas de gestão implementadas começam a apresentar resultados, dentre os quais destaca:

- Implementação de planejamento estratégico, cujos pilares são o fortalecimento da confessionalidade e garantia da sustentabilidade;
- Reversão da tendência de queda de matrículas pela captação e retenção de alunos, por meio de ações preventivas de identificação dos principais riscos e pela melhoria dos indicadores de qualidade, alinhados a recursos tecnológicos;
- Ajuste sistemático das despesas e custos adequados à margem de contribuição, como fator preponderante para oferta e manutenção de cada curso;
- Evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto.

Atingidos os resultados das ações de controle de gestão, se faz necessário reverter o desempenho dos índices de liquidez pela eliminação dos passivos, principalmente, concentrados em dívidas trabalhistas e tributárias. Para esta frente a Administração busca alienar bens imóveis para injetar os recursos na operação.

As ações de controle de gestão acima, possibilitaram a reversão da tendência de resultados negativos, conforme Demonstrações de Resultados de 2019, em comparação com 2018, houve melhora do resultado bruto em 1% em 2019. Houve estabilização do desempenho operacional, que foram oriundas da adequação de custos e aumento de alunos motivado pelas ações de captação, conforme nota explicativa nº 18.

Para os índices de liquidez a administração tem ações para eliminação de passivos, principalmente, concentrados em operações com partes relacionadas, dívidas trabalhistas e tributárias, através da alienação de bens imóveis, que melhorarão significativamente a liquidez da instituição. Também foram iniciados estudos para parcelamento de débitos tributários e negociação coletiva no âmbito judicial para os processos em andamento.

Eventuais resultados de tais ações, tendo em vista que impactarão exercícios seguintes, são demonstrados como eventos subsequentes conforme nota explicativa nº 29.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de instituições sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 19).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para o instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidade dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas referem-se às mensalidades de ensino de educação básica.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 09.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.12. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.13. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Aplicações financeiras	16.547	47
Banco	7.433	92.362
Caixa	1.000	6.497
Total	24.979	98.905

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa e em Certificados de Depósitos Bancários. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

4. Mensalidades a receber

Descrição	2019	2018
Mensalidades a receber	2.033.314	1.936.821
Cheques Devolvidos à Tesouraria	651.567	580.002
Créditos a receber - cartão de crédito	624.061	573.478
Cheques em cobrança	147.700	138.270
Cheques a compensar	115.122	77.577
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.053.273)	(1.941.971)
Total	1.518.490	1.364.176

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)****Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)**

Descrição	2019	2018
Mensalidades a receber	(1.254.006)	(1.223.700)
Cheques e cobrança judicial	(799.267)	(718.271)
Total	(2.053.273)	(1.941.971)

A estimativa foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério em função de atraso para as mensalidades:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 360 a 271 dias, estimativa de 75%;
- De 270 a 181 dias, estimativa de 50%;
- De 180 a 90 dias, estimativa de 25%;
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

A estimativa sobre os cheques devolvidos foi adotado o critério de calcular sobre o montante o percentual de 100%.

5. Contas a receber

Descrição	2019	2018
Adiantamento a fornecedor	175.325	167.709
Contas a receber diversas	14.840	14.840
Adiantamento a funcionários	-	2.998
Adiantamento para viagem	2.812	1.270
Total	192.977	186.817

6. Depósitos judiciais

Descrição	2019	2018
Depósitos recursais e bloqueios judiciais	2.954.438	2.458.244
	2.954.438	2.458.244

A instituição teve um aumento de depósitos judiciais e bloqueios no ano de 2019, relacionados aos processos trabalhistas, conforme nota explicativa nº 15, requerendo os pagamentos das verbas trabalhistas que já estão contabilizadas pela folha de pagamento, não aumentando assim, as despesas de contingências.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

7. Compromissos a receber

Descrição	2019	2018
Compromissos a receber	1.832.896	1.962.947
Total	1.832.896	1.962.947

2018	Concessões	Amortizações	Juros	2019
1.962.947	3.848.007	(4.309.011)	330.953	1.832.896

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2019 é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodistas de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

8. Investimentos

Descrição	2019	2018
Cesupa - Investimentos	16.063	14.652
Total	16.063	14.652

O Investimento corresponde à aquisição de 5% do Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda - Cesupa, Faculdade de Direito (Portaria nº 2.363/MEC).

Em decorrência desta participação é apurado o resultado de equivalência patrimonial. No ano de 2019 foi contabilizada a equivalência patrimonial de R\$ 1.411 em ganho de capital, no ano de 2018 foi necessário ajustar o valor da participação correspondente ao PL do Cesupa, que resultou numa equivalência líquida negativa de R\$ 81.344 com contrapartida em perda de capital R\$ 81.480 e ganho de capital R\$ 136.

Em 2018 foi baixado o ágio que correspondia à rentabilidade futura do Curso de Direito que era oferecido no Cesupa, com contrapartida em perda de capital, porque esse curso estava totalmente sendo oferecido pelo IPA - Instituto de Porto Alegre, que detém 95% do capital do Cesupa.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2019			2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	624.190		624.190	624.190
Edifícios e construções	4%	1.494.018	(1.222.720)	271.298	331.058
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	1.367.496	(779.108)	588.388	641.433
Instalações	10%	35.196	(7.200)	27.996	31.516
Móveis e utensílios	10%	668.574	(557.090)	111.484	138.889
Equip. de comunicação	10%	576	(576)	-	42
Equipamentos de ensino	20%	40.607	(35.972)	4.634	5.850
Equipamentos de informática	10%	1.587.189	(1.529.025)	58.163	252.840
Bibliotecas	10%	125.448	(101.335)	24.112	32.856
Laboratório	10%	6.800	(3.098)	3.702	4.382
Máquinas e equipamentos	10%	339.739	(315.654)	24.085	30.276
Instrumentos musicais	10%	9.823	(5.334)	4.489	5.472
Imobilização em curso		2.601	-	2.601	2.601
Consórcio de veículos em andamento		37.572	-	37.572	15.730
Total		6.339.827	(4.557.114)	1.782.714	2.117.135

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

b. Movimentação do custo

Descrição	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	624.190	-	-	-	624.190
Instalações	35.196	-	-	-	35.196
Edifícios e construções	1.494.018	-	-	-	1.494.018
Benfeitorias em bens de terceiros	1.367.496	-	-	-	1.367.496
Móveis e utensílios	668.574	-	-	-	668.574
Equipamentos de comunicação	576	-	-	-	576
Equipamentos de ensino	40.607	-	-	-	40.607
Equipamentos de informática	1.584.635	2.554	-	-	1.587.189
Bibliotecas	125.448	-	-	-	125.448
Laboratório	6.800	-	-	-	6.800
Máquinas e equipamentos	339.739	-	-	-	339.739
Instrumentos musicais	9.823	-	-	-	9.823
Imobilização em curso	2.601	-	-	-	2.601
Consórcio de veículos em andamento	15.730	21.842	-	-	37.572
Total	6.315.431	24.396	-	-	6.339.827

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

10. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de amortização	2019			2018
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de software	20%	169.931	(109.045)	60.886	60.913
Implantação de novos cursos		1.500.000	(1.500.000)	-	-
Total		<u>1.669.931</u>	<u>(1.609.045)</u>	<u>60.886</u>	<u>60.913</u>

b. Movimentação do custo

Descrição	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Direitos de uso de software	169.931	-	-	-	169.931
Implantação de novos cursos	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Total	<u>1.669.931</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.669.931</u>

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tipo	Tx. de juros	Vencimento	Garantias	2019	2018
Circulante						
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	09/2018	-	-	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	09/2018	-	-	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	09/2018	-	-	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	11/2019	Recebíveis	-	69.253
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	01/2020	Recebíveis	57.386	328.729
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2020	Recebíveis	44.153	252.874
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2021	Recebíveis	251.908	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2021	Recebíveis	209.149	-
Total					562.597	650.856
Descrição	Tipo	Tx. de juros	Vencimento	Garantias	2019	2018
Não circulante						
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	11/2019	Recebíveis	-	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	01/2020	Recebíveis	-	54.788
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2020	Recebíveis	-	42.146
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2021	Recebíveis	41.985	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,65% a.m	02/2021	Recebíveis	34.858	-
Total					76.843	96.934

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)****12. Obrigações Trabalhistas**

Descrição	2019	2018
FGTS a recolher	3.577.853	2.173.617
Acordo trabalhista	2.918.081	2.895.927
INSS a recolher	2.593.996	4.842.636
Salários e ordenados	1.042.995	486.772
Provisão de férias	921.257	987.007
Rescisões e homologações	664.483	346.589
Mensalidades sindical a recolher	295.357	201.792
Provisão de 13º salário	267.820	-
Consignações Financeiras de empregados	152.018	62.010
Contribuição assistencial	102.695	89.544
Provisão de FGTS férias	80.789	61.224
Serviços avulsos s/ vínculo	18.898	21.505
Estagiários	16.643	16.200
Contribuição sindical a recolher	3.184	2.864
Pensão alimentícia	1.451	2.328
Total	12.657.519	12.190.016

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcelamentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme Nota Explicativa nº 29.

13. Obrigações tributárias

Descrição	2019	2018
IRRF a recolher s/ salários	2.616.722	1.669.503
INSS a recolher s/ serviços	144.683	132.025
Pis / Cofins / CS s/ Serviços - Lei nº 10.833	53.286	43.160
ISS s/ serviços	36.401	32.468
IRRF a recolher s/ serviços	15.915	12.678
Total	2.867.007	1.889.835

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações a administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme Nota Explicativa nº 29.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

14. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
FGTS (a)	121.365	126.762	375.588	470.354
Parcelamentos PERT (b)	548.306	337.404	3.606.608	3.712.974
Parcelamentos INSS (c)	818.520		2.455.561	
	<u>1.488.191</u>	<u>464.166</u>	<u>6.437.757</u>	<u>4.183.328</u>

- (a) No exercício de 2010, o Instituto obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de vigência de 2002 a 2008. O parcelamento foi efetuado em 180 prestações, que são atualizadas conforme previsto na Lei nº 8.036/90;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores;
- (c) No exercício de 2019, o Instituto obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao INSS do período de vigência de 04 a 06/2015, 11/2015 a 03/2016, 07/2016 a 12/2016 e 01/2017 a 04/2018. O parcelamento foi efetuado em 60 prestações.

15. Provisão para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido entre 2016 e 2019.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

Descrição	2019			2018		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhistas CP	599.906	(512.590)	87.316	1.281.906	(122.382)	1.159.524
Tributárias CP	1.425.211	-	1.425.211	412.303	(2.880)	409.424
Cíveis CP	3.405	-	3.405	32.465	-	32.465
Total CP	2.028.521	(512.590)	1.515.932	1.726.674	(125.261)	1.601.413
Trabalhistas LP	535.448	(176.211)	359.237	970.629	(70.358)	900.271
Tributárias LP	-	(2.265.493)	(2.265.493)	-	(2.262.624)	(2.262.624)
Cíveis LP	372.708	(144)	372.565	110.921	-	110.921
Total LP	908.157	(2.441.848)	(1.533.691)	1.081.551	(2.332.982)	(1.251.432)
Total	2.936.678	(2.954.438)	(17.759)	2.808.225	(2.458.244)	349.981

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas e cíveis. Para a elaboração das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.808.225
Adições Liquidas	128.453
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.936.678

15.1. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

Com base nessa análise, foi revista a estimativa de perda nesses processos o que resultou na mudança de classificação de parte dos valores, de perda provável para possível. As alterações decorreram do melhor entendimento sobre os processos e maior experiência adquirida ao longo do período na sua condução, bem como da expectativa de conciliação em parte das demandas. A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2019	2018
Perdas possíveis	2.359.249	-

16. Compromissos a pagar

Descrição	2019	2018
Compromissos a pagar	16.407.760	20.392.303

2018	Captações	Amortizações	Juros	2019
20.392.303	7.252.347	(13.500.053)	2.263.163	16.407.760

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

17. Patrimônio social

O patrimônio é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. Gratuidades por meio de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2019	2018
	Educação	Educação
	Básica	Básica
Quantidade de alunos		
Número de alunos matriculados	1451	1420
Número de alunos pagantes	1128	1092
Quantidade de bolsistas gratuidade		
Bolsistas Integrais (100%)	206	211
Bolsistas Parciais (50%)	66	53
Total bolsistas	272	264

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

	2019	2018
	Educação	Educação
	Básica	Básica
Bolsas Gratuidade		
Bolsas Integrais (100%)	3.659.909	3.184.240
Recursos próprios	3.659.909	3.184.240
PROUNI	-	-
Bolsas Parciais (50%)	499.451	357.196
Recursos próprios	499.451	357.196
PROUNI	-	-
Valor total de Gratuidades	4.159.360	3.541.436
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)		
Educação Básica e Superior		
Outras Bolsas Integrais (100%)	18.457	2.347
Outras Bolsas Parciais (50%)	646.018	609.161
Valor total de Outras Bolsas	664.475	611.508

19. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita bruta	27.048.322	24.757.789
Receita de ensino	26.590.134	24.532.611
Receita administrativa	458.188	225.178
Deduções da receita	(6.981.757)	(5.736.822)
Bolsas gratuidade	(4.159.360)	(3.541.436)
Outras Bolsas	(664.475)	(611.508)
Descontos concedidos	(2.157.922)	(1.583.878)
Receita líquida	20.066.565	19.020.967

No ano de 2019 houve aumento da receita, devido ao maior número de alunos matriculados, conforme informado na nota explicativa nº 18, resultado das medidas para maior captação de alunos que a administração vem implantando, conforme nota explicativa nº 1.3 Situação Financeira e Patrimonial e nº 29 Eventos Subsequentes.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

20. Custo dos serviços prestados

	2019	2018
Salários	(8.303.769)	(7.405.252)
Encargos e Benefícios	(560.335)	(504.438)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(221.820)	(215.756)
Depreciação e Amortização	(30.506)	(30.515)
Despesas gerais e administrativas	(10.314)	(3.427)
Outras despesas operacionais	(50)	(13.323)
	(9.126.794)	(8.172.711)

- No ano de 2019 tivemos maiores custos salariais, para atender às demandas do aumento no nº de alunos, conforme nota explicativa nº 19 e também devido a um maior volume de rescisões das ações de reestruturação.

21. Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários	(3.099.388)	(2.972.558)
Encargos e Benefícios	(1.294.349)	(1.357.801)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(43.989)	(106.027)
	(4.437.727)	(4.436.386)

22. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Energia Elétrica	(477.175)	(260.719)
Água	(251.411)	(165.974)
Material de Uso e Consumo	(71.079)	(181.579)
Serviços de Terceiros	(63.488)	(57.849)
Manutenção e Conservação	(61.663)	(180.649)
Telecomunicações	(55.255)	(92.837)
Outras despesas	(39.684)	(75.730)
Propaganda e Publicidade	(23.577)	(65.109)
Transporte em geral	(8.622)	(18.152)
Impostos e Taxas	(8.346)	(15.597)
Material Didático	(3.431)	(70.957)
Material Clínico Hospitalar	(1.896)	(11.435)
	(1.065.627)	(1.196.587)

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - IMEC

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

23. Outras despesas

	2019	2018
Lanches e refeições	(253.669)	(225.161)
Licença e manutenção do uso de softwares	(198.165)	(240.393)
Outras despesas operacionais	(89.446)	(272.327)
Contribuições a associações	(79.837)	2.947
Alugueis	(16.014)	(70.773)
Consultorias	(12.356)	(5.120)
Serviços gráficos	(1.842)	(35.931)
Viagens e estadias	(574)	(1.829)
Perda em investimentos	-	(295.380)
Total	(651.903)	(1.143.966)

No ano de 2018 tivemos maiores despesas com vigilância e segurança, além da perda em investimentos, devido à baixa de ágio do Cesupa, conforme nota explicativa nº 8.

24. Despesas financeiras

	2019	2018
Juros e multa passivos (a)	(2.263.163)	(2.474.248)
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos (b)	(684.992)	(2.188.352)
Juros Passivos (c)	(602.675)	(955.230)
Multas (b)	(322.327)	(693.170)
Despesas Bancárias	(300.629)	(362.885)
Descontos Concedidos	(551)	(1.682)
I.R.R.F. S/Operações Financeiras	(315)	(3.031)
IOF/IOC	(94)	(8.206)
Variações monetárias	(71)	-
Total	(4.174.816)	(6.686.805)

- (a) Referem-se a atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 16;
- (b) Redução dos juros em 2019, devem-se ao fato de que em 2018 fizemos a regularização do parcelamento PERT devido a sua consolidação;
- (c) No ano de 2019 tivemos o parcelamento do INSS e as competências contempladas causaram a reversão de multas e juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

25. Receitas financeiras

	2019	2018
Juros ativo e multa (a)	462.669	194.305
Descontos Obtidos	1.199	5.110
Rendimentos s/ Aplicações	-	1
	463.867	199.416

(a) R\$ 330.953, refere-se à atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 7.

26. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

27. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. Declarações de Impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

29. Eventos subsequentes

Diante da decretação de estado de pandemia, pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, e notícias da identificação do coronavírus (COVID19) amplamente veiculadas desde dezembro de 2019, tem sido vivenciado um aumento significativo nas restrições globais com paralisação de diversos negócios e serviços em quase todos os países, além de ordens governamentais que envolvem o isolamento social, incluindo restrição de circulação (“lockdown”), como forma de conter a disseminação do vírus, gerando instabilidade e incertezas sociais, econômicas e relacionadas ao trabalho, além da volatilidade no mercado financeiro.

Visando a reduzir e mitigar os impactos econômicos dessa crise, as autoridades do mundo inteiro promoveram intervenções nas economias de seus países.

No Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, foi estabelecido estado de calamidade pública e combinado com medidas provisórias de minimização de impactos, na área trabalhista relacionadas à possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, com benefício emergencial desemprego pago pelo governo, na área tributária, com prorrogação de prazos de recolhimentos e obrigações acessórias, e na área econômica, para prover liquidez e crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Especificamente no segmento onde atuamos, o Ministério da Educação, autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas para mitigar a propagação do COVID-19, inicialmente com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância até que se possa retomar o formato presencial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Diante deste contexto, a Educação Metodista, em 12 de março de 2020 criou um comitê de crise para levantar e discutir os principais riscos e ações a serem adotadas, que dentre as principais ações, modificou e implementou para todas as unidades e segmentos, com êxito pleno, o regime letivo remoto, em ambiente virtual e colaborativo, com treinamento dos docentes, reforçado por campanhas de esclarecimento e manutenção da comunicação com a comunidade discente, docente e colaboradores. Para as atividades de BackOffice, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, quanto à higienização do ambiente físico, cancelamento de viagens e isolamento social, maximizamos as equipes para o trabalho e atendimento ao aluno de forma remota, contando com infraestrutura tecnológica segura para garantir que não houvesse descontinuidade de suas operações e processamento das informações necessárias para o controle de seus processos internos, bem como a manutenção das reuniões prioritárias entre as áreas.

Dessa forma, a partir do dia 23 de março, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores

Concluimos que em tempo hábil, nossas ações resultaram na não incidência de contaminação entre nossos colaboradores.

A redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, geraram aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral e poderão prejudicar dessa forma o processo de captação e rematrícula de alunos do segundo semestre de 2020 e posteriores, a depender da efetividade das iniciativas para minimização e contenção do COVID-19 na economia brasileira e nos mercados em que atuamos.

Sob a ótica financeira, a instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações.

Mesmo com o monitoramento intensivo dos impactos do COVID-19, pelo comitê de crise, ainda é prematuro estimar eventuais perdas e possíveis efeitos em suas demonstrações financeiras devido às incertezas ainda existentes sobre o funcionamento da economia e impactos sociais no país no período durante e após a crise, porém, apresentamos abaixo alguns potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em nossas operações e os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCLD para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Riscos financeiros

Aumento das taxas de juros (“spreads”) de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional e indisponibilidade de capital para prover liquidez às empresas, além da dificuldade de renovação de linhas de crédito e impactos em fornecedores críticos. Adicionalmente, redução da base de alunos ou migração de alunos entre os produtos oferecidos em função do aumento do desemprego e queda na renda das famílias, associadas ao maior volume de crédito ofertado para pagamento de mensalidades e alongamento do prazo de recebimento, com impacto na inadimplência.

A Educação Metodista projeta uma desaceleração da captação e rematrícula de alunos em decorrência da pandemia, porém a estimativa até o presente momento é de que não tenhamos impacto para 2020.

Para minimizar maiores riscos, monitora atentamente o impacto de aumento da inadimplência, de isenções decorrentes de serviços não prestados, e as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas vis-à-vis a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos. Adicionalmente a instituição está prospectando novos recursos para capital de giro, renegociando as dívidas com bancos e com fornecedores, implementando campanhas mais agressivas para captação de alunos no 2º semestre e recuperação da inadimplência de anos anteriores, e aplicando no que é possível, as Medidas Provisórias editadas neste período de crise, para redução de custos de folha, postergação de prazos, alongamento de parcelamentos tributários e de FGTS na modalidade transação, entre outras.

ordem de R\$ 110 milhões, que resultarão, além do incremento de caixa, na reversão de estimativas de perdas e na melhoria geral de sua liquidez e contexto operacional.

Na esfera judicial, em suas diversas instâncias, onde concentram-se riscos significativos, peticionou em 100% dos processos em andamento, pedido para suspensão de eventuais ordens de bloqueios e posteriormente, pedidos de negociação coletiva, garantindo desta forma, a melhoria dos seus índices de liquidez e a continuidade normal das operações.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

30. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 27 de junho de 2020.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC 1 SP 198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/05/2020.